

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Rosely Tavares Alves Pardini.
Ana Maria Martins de Carvalho Mol

Este artigo tem por finalidade discutir a função social da escola, buscando compreender as ligações existentes entre ela e as demandas da sociedade. Faremos uma reflexão sobre o papel da escola no mundo contemporâneo, seu lugar na sociedade do conhecimento, seus nexos com a democracia, suas interfaces com a comunidade e suas conexões com a cultura.

Para compreender a função social da escola, é importante situá-la no mundo moderno, observando os múltiplos papéis exercidos por ela ao longo do tempo. À primeira vista, verificamos que, mesmo cumprindo a tarefa básica de possibilitar o acesso ao saber, sua função social apresenta variações em diferentes momentos da história, expressando diferenças entre sociedades, países, povos e regiões.

Independentemente de suas modificações, no decorrer da história, a escola foi a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado. Isto significa dizer que é o lugar onde, por princípio, é veiculado o conhecimento que a sociedade julga necessário transmitir às novas gerações. Nenhuma outra forma de organização até hoje foi capaz de substituí-la. Para cumprir seu papel, de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho, como definem a Constituição e a LDB, (Lei de Diretrizes e Bases), é necessário que suas incumbências sejam exercidas plenamente. Assim, é preciso ousar construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso.

No Brasil, desde o começo da nossa história, temos a forte tradição de uma escola para poucos. Essa situação começaria a mudar já no século XX, depois da Proclamação da República. Ainda assim, por muito tempo, a escola exerceu, em alguns lugares ainda exerce, uma função social excludente, ou seja, a escola atendia apenas uma pequena parcela, a camada mais rica, da população. Analisaremos, a seguir, uma trajetória desse perfil histórico da educação.

O SURGIMENTO DA ESCOLA

A escola para crianças e jovens, como hoje a conhecemos, tem presença recente na história da humanidade. É verdade que, desde um passado bem remoto, existia a tarefa de transmitir a novas gerações o conhecimento sistematizado e as normas de convivência consideradas necessárias aos mais jovens. Já na Antiguidade, tanto em Roma como na Grécia, a preocupação com a formação cultural daqueles que iriam constituir as camadas dirigentes estava presente. A educação dos meninos, para a convivência pública e para a guerra, era objeto de muita atenção. O ensino organizado em instituição própria, todavia, começou pelas universidades. Eram poucos os que tinham acesso às primeiras letras e formas elementares de aprendizagem, preparatórias para as universidades. Quando existia, a escola destinava-se apenas aos filhos das camadas mais ricas da população.

Foi apenas há cerca de 200 anos, com os ideais da Revolução Francesa e da democracia americana, que a escola passou a ser compreendida como uma instituição importante, não apenas para os filhos das elites como para os filhos das camadas trabalhadoras. E por que essas mudanças políticas resultantes de movimentos revolucionários tiveram influência sobre a função social da escola? Porque tanto a Revolução Francesa como o movimento pela independência dos Estados Unidos representou mudanças na natureza dos processos de participação popular, rompendo com o modelo aristocrático anterior. A partir desses importantes marcos políticos nos dois países, a busca pela democracia intensificou-se. Há uma ligação muito próxima entre escola e democracia. Por isso, costuma-se dizer que foi a partir de então que começou a longa luta para transformar uma escola para poucos em escola para todos. De lá para cá, muitas coisas mudaram, vejamos o que aconteceu no Brasil.

Enquanto em outros países, tanto na Europa, França, Inglaterra, quanto na própria América Latina, a exemplo da Argentina, a escola se expandia e o ensino fundamental atendia amplas camadas da população, as coisas no Brasil se davam de forma muito diferente. Aqui, a educação permanecia como privilégio de poucos, muito poucos. As escolas, quando existiam, abrigavam os filhos das elites, de preferência os homens. As mulheres mal apareciam na cena social.

Tobias Barreto, defensor no passado da educação feminina, argumentava que as mulheres de famílias de elite, as únicas que tinham acesso à instrução formal, recebiam alguma iniciação em desenho e música e, quando muito, sabiam “gaguejar uma ou duas línguas estrangeiras e ler as bagatelas literárias do dia”, como disse em um ensaio sobre “A alma da mulher”. Hoje as coisas mudaram. As mulheres estão em “todas”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1996 mostram que, se até os anos 80 os homens estavam em vantagem em termos de média de anos de estudo, essa posição se inverteu nos anos 90. No período de 1990 a 1996, a média de anos de estudo aumentou de 5,1 para 5,7, entre os homens; e de 4,9 para 6,0 para as mulheres, o que significa que elas deram um salto de aproximadamente um ano, enquanto eles avançavam meio ano. Mas vamos nos deter um pouco mais sobre o passado, por enquanto.

De maneira geral, pode-se dizer que, começando com os jesuítas, nossos primeiros educadores, houve desde o início muito improvisado em nossa educação, e a oferta de matrículas era precária. A Constituição do Império, outorgada pela Coroa em 1824, estabelecia que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos. A situação educacional, porém, só veio a se modificar já na República, no início do século XX, por volta dos anos 20 e 30. Até então, as escolas, quando existiam, sobreviviam às custas de iniciativas isoladas. Esse era o caso das escolas que funcionavam na “casa da professora”, situação de muitas instituições públicas. Havia exceções, é claro, o que em geral acontecia nas capitais ou em centros urbanos maiores. As escolas privadas, por sua vez, sempre foram destinadas às crianças e aos jovens cujos pais podiam arcar com seus custos.

É interessante observar que, mesmo nas escolas públicas, como foi o caso do Colégio Pedro II, escola que serviu como modelo para muitas outras, criada na cidade do Rio de Janeiro, 1837, então capital do país, a maioria dos estudantes pagava por seus estudos. Isso quer dizer que, embora se falasse em “instrução pública”, desde o início de nossa história, a educação pública e gratuita, resultante de iniciativa do Estado, é uma conquista da República e, mais

especificamente, do século XX, ou seja, a compreensão do que significa educação pública, assim como da função social da escola, é conceito que se modifica ao longo do tempo. Ao analisar o movimento da história da educação, é importante ter em mente a idéia de que as instituições permanecem, mas vão se modificando continuamente. Porque, como diz a canção, “tudo muda, o tempo todo, no mundo”. Muda o mundo. Mudam as instituições. Mudam as pessoas. E você sabe que também você está mudando o tempo todo?

Estudar algumas idéias sobre a escola no passado e no presente representa uma importante competência para a gestão escolar, que é a capacidade de compreender o contexto e as relações em que se desenvolve a prática educativa. A escola onde cada um de nós trabalha não está solta no espaço, mas articula-se com o movimento mais amplo e mais largo da história da educação no mundo e, é claro, no Brasil. Se nos situamos nesse mundo e nessa história, maior facilidade temos de compreender o presente.

E compreendendo-o, devemos buscar a mudança daquilo que pode ser mudado. Com essas idéias em mente, preparamos para o desenvolvimento da compreensão do contexto em que se desenvolve a prática escolar. Nossa intenção é verificar seu entendimento acerca da história da escola no Brasil, de modo a situá-la nos dias de hoje.

Estudo do Ministério da Educação sobre os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, Saeb, de 1997, a respeito da infra-estrutura física das escolas referente à presença de equipamentos diretamente ligados à sua tarefa pedagógica (TV, vídeo, laboratório de ciências, computadores e biblioteca), revela que “os resultados obtidos para as bibliotecas das escolas públicas são desoladores”. Aproximadamente metade dos alunos frequenta escolas que não contam com biblioteca ou contam com bibliotecas precárias em termos de acervo. Esse é um tema para pensar. O acesso ao conhecimento é assunto crucial da reflexão sobre a função social da escola.

Tão importante que teremos que refletir no papel da escola na sociedade do conhecimento. Outra vez, o caminho proposto é ir ao passado, para depois, voltar ao presente. “Mas por que fazer isso?” Muito simples, porque identificar o contexto e as relações institucionais em que se desenvolve a prática escolar é uma competência necessária para a boa gestão. Mergulhar na história, buscando compreender as relações entre o passado e o presente, é parte desse conhecimento. Voltemos, pois, o nosso olhar sobre o ontem.

No século XX, as coisas começam a mudar.

Já foi dito que, embora a República tivesse sido proclamada em fins do século XIX, 1889, somente a partir dos anos 20 e 30 do século XX é que as coisas começaram a mudar no campo educacional. Isso tem a ver com outras transformações que acontecem na vida brasileira, algumas ocasionadas por fatores externos. Modificações ocorrem nos campos político, econômico e cultural. A educação não escapa a esse movimento mais amplo que se dá na sociedade. Você, por acaso, se recorda de eventos e/ou datas importantes do período?

➤ **Décadas de 20 e 30: eventos e datas importantes:**

- . 1922 - Semana de Arte Moderna
- . 1929 - Quebra da Bolsa de Nova York
- . 1930 - Revolução de 1930
- . 1932 - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
- . 1937 - Início do Estado Novo

Desde o início do século XX, mudanças significativas vêm ocorrendo na sociedade brasileira, algumas das quais relacionadas aos eventos acima mencionados, os quais tiveram conseqüência sobre diferentes aspectos da vida brasileira: a cultura, Semana de Arte Moderna, a economia, Quebra da Bolsa de Nova York, a política, Revolução de 1930 e Estado Novo, e a educação, Manifesto dos Pioneiros.

Uma decisiva mudança nesse período, ocorreu com o crescimento da importância das cidades. Até então, o Brasil era um país essencialmente voltado para a vida rural. O processo de urbanização, o surgimento das primeiras indústrias, a emergência das camadas médias e a imigração têm efeitos sobre o campo educacional.

Reformas educacionais acontecem em diversos estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará. Por trás dessas iniciativas estão educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, entre outros. Em 1932, é divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, importante movimento que marcou a educação nacional. O Manifesto defende a idéia de uma educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros. Só que, entre os ideais expressos no Manifesto e a realidade, havia uma grande distância.

Para que tenhamos uma idéia do conteúdo desse importante documento da educação brasileira, selecionamos uma passagem que trata justamente da função social da escola. Embora a forma de escrever seja diferente da nossa, já que a passagem preserva a linguagem da época, o Manifesto revela grande sintonia com temas que estamos discutindo em nossos dias, a exemplo da relação entre a escola e a família. Esse assunto é de tal importância que devemos refletir, sobre escola e comunidade. Por enquanto, fiquemos com as palavras do texto produzido por um grupo de educadores idealistas, os quais sonhavam com uma educação participativa já em 1932.

O papel da escola na vida e a sua função social

(O trecho abaixo foi extraído do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova)

...a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas “uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a criança, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza (...) Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua acção educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a

necessidade de reorganizá-la, como um organismo maleável e vivo, aparelhado de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de acção (...) Cada escola, seja qual for o seu grau, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alunos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da colectividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições directamente interessadas na obra da educação.

Não é surpreendente que já na primeira metade do século XX houvesse pessoas sensíveis a temas como a aproximação entre a escola, a família e outros parceiros, sendo que apenas em período muito recente essa articulação tenha começado a ocorrer? Pois é, muitas vezes, as mudanças necessárias à educação demoram a ser percebidas. Mas isso também está relacionado à quantidade de pessoas que têm acesso à escola. Nos anos 30, quando foi redigido o Manifesto, esse percentual era ainda bastante reduzido.

Embora bastante expressivo em relação ao passado, o crescimento da oferta de escolas nos anos 30 é lento e representa uma quantidade de matrículas ainda pequena, em relação ao conjunto da população. Nesse período, o sistema público começa a ultrapassar o particular, tanto em número de escolas quanto de matrículas.

Parte das ideias do movimento da Escola Nova é incorporada à Constituição de 1934, que estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Os anos 40 são prodígios em mudanças legais, organizando-se gradativamente os sistemas estaduais de ensino. Em 1961, tivemos a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de âmbito nacional, a LDB (Lei nº 4.024/61). Poucos anos depois, com as mudanças políticas ocorridas no país, provocadas pela ditadura Militar a partir de 1964, novas reformas viriam, com duas leis importantes para a educação:

- A Lei nº 5.540/68, que desencadeou a reforma universitária.
- A Lei 5.692/71, que reformou o ensino primário e secundário, ampliando a oferta da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, instituindo o ensino de 1º e 2º graus e propondo a profissionalização do ensino.

Já nos anos 50, educadores denunciavam que ao aumento das oportunidades educacionais não correspondia a melhoria da qualidade da educação. O crescimento ocorrido era insuficiente, do ponto de vista quantitativo, e a oferta apresentava problemas qualitativos. A escola que, antes servia apenas às elites, passa pouco a pouco a abrigar outras camadas da população brasileira. As turmas passavam a ser mais numerosas. As instalações escolares nem sempre comportavam essa expansão. Por sua vez, os professores viam-se diante de uma nova clientela, nem sempre estando preparados para a tarefa.

Enfrentar essa mudança não foi fácil e teve efeitos importantes sobre os resultados produzidos pela escola. O ganho histórico foi que, maior número de crianças passou a frequentar a escola. Seu sucesso, todavia, não era garantido, pelo contrário, no interior da escola começou a se produzir uma cultura de fracasso escolar, resultando no aumento dos problemas relativos à qualidade da

educação. Esse tema faz parte das preocupações dos gestores escolares há décadas, sendo objeto de atenção das políticas educacionais contemporâneas.

Todos esses problemas e muitos outros trouxeram para os dias de hoje uma série de impasses. Em 1996, perto de 29 milhões de pessoas, na faixa de 7 a 14 anos estavam na escola. Este número parece elevado, mas é preciso lembrar que, segundo mostrou a contagem da população, realizada pelo IBGE, constatou-se que ainda havia 2,7 milhões de crianças dessa faixa etária fora da escola. É uma situação que continua a nos envergonhar perante o mundo. Apesar do muito já realizado do ponto de vista da oferta escolar, como disse há alguns anos Bernadete Gatti, especialista em educação, “o Brasil tem uma população jovem, iletrada e em movimento”. O país está longe de poder afirmar que nós atingimos a igualdade de oportunidades de educação para todos.

Ao lado dos problemas de acesso, é preciso considerar o baixo rendimento de nossa escola. Excesso de repetência e altos índices de evasão tornam o sistema escolar um caminho lento e tortuoso para nossas crianças. Embora muitas permaneçam na escola, poucas completam o ensino fundamental no tempo esperado. Grande parte do alunado vai sendo derrotada ao longo do percurso, gerando problemas adicionais em termos de fluxo escolar. Esta expressão refere-se ao tempo de passagem de um determinado grupo de alunos pela escola e os problemas gerados quando esse caminho é interrompido. Os governos estaduais e municipais têm buscado responder a tais desafios por meio de programas como classes de aceleração e ciclos. Embora bem intencionados, nem sempre as respostas a essas iniciativas são as esperadas.

Problemas também existem com relação ao magistério, no qual, não raro, a convivência entre má formação e baixos salários inviabiliza a profissionalização desejada. Como se vê, vêm do passado e se aprofundam no presente. Superá-los significa saldar uma dívida histórica para com a nação. Como diz a nossa Constituição Brasileira, artigo 205, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Mudar a situação existente, portanto, é uma tarefa de todos.

SOCIEDADE DO CONHECIMENTO EXIGE DA ESCOLA.

A mudança de civilização, apontada por Pierre Lévy (1999), é sinalizada pelo aumento a cada dia da dependência dos países, dos governos, das empresas e dos indivíduos, em relação ao conhecimento. A ciência sempre gerou novos campos e domínios do saber, e hoje, a tecnologia tem multiplicado as suas aplicações e a informática também tem potencializado a divulgação rápida do conhecimento elaborado.

Nessa direção, o Papa João Paulo II, assim se pronuncia na Encíclica *Centesimus Annus*, de 1991: “Se antes a Terra e depois o Capital eram os fatores decisivos da produção, (...) hoje o fator decisivo, é, cada vez mais, o homem em si, ou seja, seu conhecimento.”

O conhecimento hoje é entendido como um valor especial, mais até do que bens materiais. No passado, a grande maioria dos pais queria principalmente deixar terras, patrimoniais e riquezas materiais como herança a seus filhos; hoje, muitos percebem que o melhor a oferecer é propiciar conhecimento, por meio de uma boa formação geral, e maneiras de continuar adquirindo mais conhecimentos, num processo de educação permanente.

De fato, em meio às incertezas que o atual momento tende despertar, num ponto, a maioria dos autores parece estar de acordo: a importância do conhecimento para todos os indivíduos, sobretudo o jovem, para enfrentar o presente e o futuro.

Essa nova relação das pessoas com o conhecimento traz duas conseqüências para a escola brasileira. Uma reforça a importância da escola e de sua função nesse momento, já que ela ainda é a porta de entrada da maior parte da população para o acesso ao mundo do conhecimento. De fato, vivemos um período no qual a informação está, a um só tempo, disponível como nunca esteve e, contraditoriamente, inacessível a grandes parcelas da nossa população. Estudiosos da era da informação, como Manuel Castells(1999) têm observado que a globalização marginaliza povos e países que têm sido excluídos das redes de informação. Há uma tendência de concentração nas economias avançadas de produção entre as pessoas instruídas na faixa de 25 a 40 anos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) , apenas 5% da população está inserida no mundo digital. Segundo Castells(1999) a internet está criando um abismo entre os mais ricos e os mais pobres.

A outra conseqüência à perspectiva democratizadora que já consideramos é a necessidade da escola repensar profundamente a respeito de sua organização, sua gestão, sua maneira de definir os tempos, os espaços, os meios e as formas de ensinar, ou seja, o seu jeito de fazer a escola. Temos de jogar fora as roupas velhas para vestir a escola, a partir da essência, sua função social que permanece: ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa.

Para a escola, tais reflexões representam uma oportunidade de reconhecer que as mudanças necessárias no sistema educacional são urgentes e demandam esforço coletivo de todos que fazem educação, profissionais, governos e sindicatos, assim também , da sociedade como um todo.

A concepção das novas atribuições da educação e, conseqüentemente, da função social da escola tem sido bastante debatida. Nos anos 90, por exemplo, a Unesco , órgão da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, instituiu a Comissão Internacional sobre a educação para o Século XXI, que veio a produzir um relatório no qual a educação é concebida a partir de princípios que constituem os quatro pilares da educação:

Aprender a conhecer significa não tanto a aquisição de um vasto repertório de saberes, mas o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Supõe aprender a aprender, exercitando os processos e habilidades cognitivas: atenção, memória e os pensamentos mais complexos (comparação, análise, argumentação, avaliação, crítica).

Aprender a fazer exprime a aquisição não somente de uma qualificação profissional, mas de competências que tornem a pessoa apta a enfrentar várias situações e trabalhar em equipe. Aprender a fazer envolve, assim, o âmbito das diferentes experiências sociais e de trabalho.

Aprender a conviver quer dizer tanto a direção da descoberta progressiva do outro, interdependência quanto a participação em projetos comuns.

Aprender a ser significa contribuir para o desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, capacidade para se comunicar, espiritualidade. Significa também a pessoa aprender a elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular seus

próprios juízos de valor, não negligenciando nenhuma de suas potencialidades individuais.

A educação assim concebida indica uma função da escola voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificada pelo conhecimento. Historicamente, as escolas se preocupam mais em desenvolver as suas primeiras aprendizagens, aprender a conhecer e aprender a fazer; há que se preocupar também com as duas últimas, aprender a conviver e aprender a ser.

Todavia, sobre esses elementos de sustentação ou pilares, há que se construir uma escola. Essa construção demanda uma travessia que realmente se inicia pela passagem do âmbito dos princípios para o de um projeto pedagógico, e deste para práticas e ações dos educadores. E essa travessia pressupõe uma reflexão de todos envolvidos sobre todas as decisões que dão forma a uma escola, desde as relativas ao currículo, passando pelas relacionadas à aula e às metodologias, até que se referem à gestão escolar.

Tendo em vista as mudanças profundas que ocorrem no âmbito da civilização, e entendendo o currículo como uma trajetória de formação dos alunos, cuidado especial deve ser dado à definição dos conteúdos escolares, (pois estes são peças importantes para serem colocadas sobre os pilares acima descritos). Nenhum currículo pode fixar-se por muito tempo. Deve haver um repensar constante sobre sua contemporaneidade, ou seja, sua atualidade e sua adequação ao que está acontecendo no mundo real. Os alunos precisam de conhecimentos que lhes sirvam para melhor entender a sociedade global e melhor conviver e agir em sua comunidade e no seu trabalho.

As diretrizes curriculares Nacionais para a educação básica, divididas em três documentos, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, são um ponto de partida para o debate. Essas diretrizes, discutidas e votadas no Conselho Nacional de Educação, para cumprir o que está disposto no artigo 9º da LDB, norteiam os currículos e conteúdos mínimos a serem propostos em todas as escolas, de modo a garantir uma formação básica comum a todos os brasileiros. Porém, em termos de conhecimentos, há muito mais o que decidir no âmbito de cada escola, além do que está exposto nas Diretrizes Nacionais, para entender às especificidades de sua clientela, de sua localidade, de seus profissionais e das suas condições de trabalho.

A boa condução do debate a respeito da definição dos conteúdos escolares e de todas as demais questões relativas à trajetória de formação dos alunos depende significativamente da ação do gestor escolar, onde também foi acrescentado juntamente com os pilares definidos pela ONU, Organização das Nações Unidas, os seguintes, para os gestores:

1. Aprender a conhecer o mundo contemporâneo e relacioná-lo às demandas de cada escola, sua clientela, seus sonhos, suas necessidades, seus direitos, seus profissionais, sua vizinhança, suas condições etc...

2. Aprender a planejar, fazer, construir, realizar, a escola que se quer, o seu projeto pedagógico.

3. Aprender a conviver com tantas e diferentes pessoas, definindo e partilhando com elas um projeto de escola.

4. Aprender a utilizar, sem medo, as próprias potencialidades de crescimento e de formação contínua.

Enfim, plantamos as sementes que esperamos ver brotar e dar bons frutos. Não há uma resposta pronta e acabada para essa indagação. Porque se a função

social da escola é tudo isso que refletimos, as especificidades e demandas da sociedade também são diversas. Pois diverso é o país onde vivemos. São totalmente diferentes as demandas de uma comunidade rural para uma comunidade urbana e, também, às de uma cidade de imigração alemã terão características diferentes às de uma comunidade ribeirinha do rio Amazonas. Imenso é o nosso país, como também imensas são as nossas respostas, mas numa mesma imensidão estamos juntos, de fazer de nossas crianças, adolescentes e jovens, pessoas plenas, justas, corretas, honestas e que sigam nos retos caminhos da cidadania.

Bibliografia:

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/61.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692/71.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/, de 20/12/96.

BRASIL. Constituição de 1988.

BRASIL.MEC.SEF. Escola e constituição da cidadania. In: Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília:MEC/SEF,1997.

CANIVEZ, Patrice. Educar o Cidadão?Campinas Papyrus,1998.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. 3.ed.São Paulo: Paz e Terra.1999. Coleção A era da informação - economia, sociedade e cultura,v1.

DEWEY, J. Democracia e Educação. São Paulo:Cia. Editora Nacional, 1959.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34,1999.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: GHIRALDELLI Jr., P. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

PAPA João Paulo II. Encíclica Centesimus Annus.Roma: :Vaticano,1991.

PÁTIO – Revista Pedagógica. Para que serve a Escola?, ano 1, nº 3, nov.1997.

PRADO, R. Lições para o resto da vida. IN: Nova Escola, ANO xv, Nº 131, P.13-20, ABR.2000.

ROMANELLI, O História da Educação (1930-1973).23.ed.Pedrópolis: Vozes, 1995.

